



Sumário

Apresentação, 21

Prefácio, 23

PARTE I – LICITAÇÃO, 25

1 CONCEITOS BÁSICOS, 27

1.1 Noções gerais, 27

1.1.1 Distinção entre a atuação dos particulares e a da Administração Pública, 27

1.1.2 Licitação enquanto atividade administrativa – o dever de licitar, 28

1.1.3 Processo administrativo e formalismo exagerado, 29

1.2 Legislação aplicável às licitações, 31

1.2.1 Competência da União para legislar sobre licitações, 31

1.2.2 Legislação sobre licitações e as empresas estatais, 31

1.2.3 Lei nº 8.666/93 e normas gerais sobre licitações, 32

1.2.4 Âmbito de aplicação da Lei nº 8.666/93 – entidades e órgãos submetidos ao dever de licitar, 32

1.3 Princípios da licitação, 33

1.3.1 Considerações gerais, 33

1.3.1.1	Finalidade da licitação, 33
1.3.1.2	Dever de licitar como regra a ser seguida, 34
1.3.1.3	Obtenção de propostas mais vantajosas e isonomia entre os licitantes, 35
1.3.2	Supremacia e indisponibilidade do interesse público, 36
1.3.3	Legalidade, 38
1.3.4	Impessoalidade, 39
1.3.5	Moralidade ou probidade, 41
1.3.6	Motivação, 42
1.3.7	Publicidade, 45
1.3.8	Vinculação ao instrumento convocatório, 47
1.3.9	Julgamento objetivo, 50
1.3.10	Adjudicação compulsória, 52
1.4	Considerações finais, 54
2	OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO, 57
2.1	Noções gerais, 57
2.1.1	Dever constitucional de licitar, 57
2.1.2	Consequências da contratação sem licitação não amparada em lei, 58
2.1.3	Quem é obrigado a licitar, 59
2.1.4	Empresas públicas e sociedades de economia que exploram atividade econômica e o dever de licitar, 59
2.2	Contratação sem licitação, 63
2.2.1	Aspectos gerais, 63
2.2.1.1	Distinção conceitual entre dispensa e inexigibilidade de licitação, 63
2.2.1.2	Licitação dispensada e dispensável – distinção, 64
2.2.1.3	Justificação da contratação sem licitação, 65
2.2.2	Dispensa, 66
2.2.2.1	Licitação dispensada – lista exaustiva, 66
2.2.2.2	Licitação dispensável – lista exaustiva, 69
2.2.3	Inexigibilidade, 87
2.2.3.1	Inviabilidade de competição e inexigibilidade de licitação, 87
2.2.3.2	Exclusividade de fornecedor, 87

2.2.3.3	Âmbito territorial em que deve ficar demonstrada a exclusividade, 88
2.2.3.4	Marca e fornecedor exclusivo, 89
2.2.3.5	Padronização e escolha de marca, 90
2.2.3.6	Serviços técnicos a serem prestados por profissionais de notória especialização, 92
2.2.3.7	Contratação de serviços artísticos, 96
2.2.3.8	Outras hipóteses de inexigibilidade de licitação, 97
2.3	Considerações finais, 98
3	MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO, 99
3.1	Modalidades de licitação, 99
3.1.1	Noções gerais, 99
3.1.2	Crítérios para a adoção da modalidade correta de licitação, 99
3.2	Leilão, 100
3.2.1	Conceito, 100
3.2.2	Bens que podem ser alienados por meio do leilão, 100
3.2.3	Administração deverá alienar bens móveis, 101
3.2.4	Utilização do leilão para a alienação de imóveis – hipóteses admitidas, 101
3.2.5	Peculiaridades do leilão – distinção em relação às demais modalidades de licitação, 101
3.2.6	Possibilidade de serem dispensadas exigências de qualificação para que se possa participar de leilão, 102
3.2.7	Significado do termo <i>penhorado</i> referido no art. 22, § 5º, da Lei de Licitações, 102
3.3	Concurso, 102
3.3.1	Conceito, 102
3.3.2	Objetivo do concurso, 103
3.3.3	Diferenças básicas entre os trabalhos selecionados em um concurso e os trabalhos ou serviços contratados por meio das demais modalidades de licitação, 104
3.3.4	Prazo do concurso deve ser de pelo menos 45 dias, 104
3.4	Concorrência, 105
3.4.1	Aspectos gerais, 105
3.4.2	Leilão e concurso como modalidades especiais de licitação, 105

- 3.4.3 Principal critério a ser utilizado para indicar quando se deve utilizar a concorrência, a tomada de preços ou o convite, 105
- 3.4.4 Situações em que, independentemente do valor, a concorrência deve ser utilizada, 106
- 3.4.5 Utilização do leilão ou da concorrência para a alienação de imóveis, 107
- 3.4.6 Licitação internacional e adoção da concorrência, 107
- 3.4.7 Indexação de contrato à variação cambial, 108
- 3.4.8 Principais características da concorrência, 109
- 3.5 Tomada de preços, 109
 - 3.5.1 Conceito, 109
 - 3.5.2 Distinção entre tomada de preços e concorrência, 109
 - 3.5.3 Registros cadastrais – finalidade, 109
 - 3.5.4 Vantagens de manter registros cadastrais, 110
 - 3.5.5 Inabilitação de licitante cadastrado, 110
 - 3.5.6 Possibilidade de interessados não cadastrados poderem requerer cadastramento a fim de poder participar da tomada de preços, 111
 - 3.5.7 Hipóteses em que deverá ser utilizada a tomada de preços, 112
- 3.6 Convite, 112
 - 3.6.1 Conceito, 112
 - 3.6.2 Divulgação do convite, 112
 - 3.6.3 Convite e a impessoalidade – vedação de que sejam convidadas sempre as mesmas pessoas, 112
 - 3.6.4 Apresentação de pelo menos três propostas válidas, 113
 - 3.6.5 Possibilidade de empresas ou profissionais não convidados participarem da licitação, 114
 - 3.6.6 Situações em que deverá ser utilizado o convite, 115
- 3.7 Pregão, 115
- 3.8 Considerações finais sobre as modalidades de licitação, 119
 - 3.8.1 Propostas com valores acima daqueles admitidos para a modalidade de licitação adotada, 119
 - 3.8.2 A concorrência, de regra, passa a ser modalidade excepcional de licitação, 119
 - 3.8.3 Quadro geral para a adoção de modalidades comuns de licitação, 120

- 3.8.4 Adoção da modalidade de licitação mais rigorosa que a definida em lei, 121
- 3.8.5 Desmembramento (fracionamento) do objeto do contrato, 122
- 3.8.6 Criação de modalidade de licitação não prevista em lei – impossibilidade, 123

3.9 Tipos de licitação, 124

- 3.9.1 Noções gerais – distinção entre modalidade e tipo de licitação, 124
- 3.9.2 Tipos de licitação admitidos, 124
- 3.9.3 Impossibilidade de ser criado novo tipo de licitação que não tenha sido indicado pela lei, 125
- 3.9.4 Consequências da adoção de certo tipo de licitação, 125
- 3.9.5 Impossibilidade de serem julgadas as propostas por meio de critérios subjetivos ou não constantes do edital, 125

3.10 Menor preço, 126

- 3.10.1 Tipo básico de licitação, 126
- 3.10.2 Como deve o administrador proceder para evitar produtos de má qualidade, 126
- 3.10.3 Apresentação de amostras e desclassificação, 127
- 3.10.4 Como se deve proceder em caso de empate entre propostas, 129

3.11 Melhor técnica e técnica e preço, 130

- 3.11.1 Hipóteses em que poderá ser utilizada a licitação do tipo melhor técnica e técnica e preço, 130
- 3.11.2 Adoção do tipo técnica e preço para a aquisição de bens e serviços de informática, 131
- 3.11.3 Aquisição de bens e serviços de informática e direito de preferência, 131
- 3.11.4 Outras hipóteses da utilização da licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço, 134
- 3.11.5 Menor preço como critério decisivo, inclusive nas licitações dos tipos melhor técnica ou técnica e preço, 134

3.12 Conclusões, 137

4 PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES, 138

4.1 Noções gerais, 138

- 4.1.1 Procedimento administrativo, 138
- 4.1.2 Procedimento básico na licitação, 139

- 4.1.3 Padrão de procedimento: concorrência, 139
- 4.1.4 Fase interna e fase externa da licitação, 139
- 4.2 Fase interna da licitação, 140
 - 4.2.1 Providências preliminares, 140
 - 4.2.2 Objetivos, 142
 - 4.2.3 Motivação da licitação – necessidades da Administração Pública, 142
 - 4.2.4 Formalismo no direito administrativo, 143
 - 4.2.5 Objeto da licitação, 143
 - 4.2.6 Necessidade da previsão dos recursos a serem gastos, 143
 - 4.2.7 Contratos que não geram ônus financeiros para a Administração, 144
 - 4.2.8 Autos da licitação, 144
 - 4.2.9 Edital – elaboração, 144
 - 4.2.10 Lei de Responsabilidade Fiscal e Licitações, 145
- 4.3 Procedimento da concorrência, 148
 - 4.3.1 Fases da concorrência, 148
 - 4.3.2 Edital, 148
 - 4.3.3 Impugnações ao edital, 150
 - 4.3.4 Representações ao Tribunal de Contas, 151
 - 4.3.5 Divulgação do edital, 152
 - 4.3.6 Prazos para apresentação das propostas, 153
 - 4.3.7 Habilitação, 154
 - 4.3.8 Apresentação de envelopes, 154
 - 4.3.9 Documentos exigidos para a habilitação – isonomia entre licitantes, 154
 - 4.3.10 Requisitos para habilitação em licitação com objeto divisível – licitação por itens, 156
 - 4.3.11 Forma de apresentação da documentação, 156
 - 4.3.12 Sicaf, 158
 - 4.3.13 Habilitação jurídica, 160
 - 4.3.14 Qualificação técnica, 161
 - 4.3.15 Qualificação técnica – capacidade técnico-operacional, 164
 - 4.3.16 Quantidade mínima de atestados relacionados à qualificação técnica, 165
 - 4.3.17 Qualificação técnica e pré-qualificação, 167

- 4.3.18 Qualificação econômico-financeira, 168
- 4.3.19 Regularidade fiscal, 172
- 4.3.20 Exame da documentação necessária à habilitação, 176
- 4.3.21 Recurso contra habilitação ou inabilitação, 176
- 4.3.22 Renúncia ao direito de recorrer, 176
- 4.3.23 Formalização e fundamentação dos atos da comissão, 176
- 4.3.24 Devolução das propostas dos inabilitados, 177
- 4.3.25 Diligências, 177
- 4.3.26 Fixação de prazo para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas, 177
- 4.3.27 Consórcio de empresas e qualificação, 178
- 4.3.28 Classificação – início da fase da classificação, 180
- 4.3.29 Ordem de abertura dos envelopes com as propostas, 181
- 4.3.30 Critério de julgamento de propostas, 181
- 4.3.31 Desclassificação, 181
- 4.3.32 Desclassificação – vícios formais, 182
- 4.3.33 Desclassificação – preços inexequíveis ou exorbitantes, 183
- 4.3.34 Inexequibilidade de propostas em licitação para obras e serviços de engenharia, 185
- 4.3.35 Garantia extra do art. 48, § 2º, da Lei nº 8.666/93, 186
- 4.3.36 Ordem de classificação, 188
- 4.3.37 Desistência de propostas, 189
- 4.3.38 Homologação do procedimento licitatório, 189
- 4.3.39 Adjudicação, 191
- 4.3.40 Eficiência da atuação administrativa, 192
- 4.3.41 Convocação do adjudicatário para assinar o contrato, 193
- 4.3.42 Prazo para convocação, 193
- 4.3.43 Recusa ou não-comparecimento para assinar o contrato, 194
- 4.3.44 Prazo de validade das propostas, 194
- 4.3.45 Revalidação do prazo de suas propostas, 195
- 4.4 Procedimento na tomada de preços, 195
- 4.5 Procedimento no convite, 196
- 4.6 Procedimento no concurso, 197
- 4.7 Procedimento no leilão, 198
- 4.8 Procedimento do pregão, 198

- 4.8.1 Noções básicas, 198
- 4.8.2 Distinção entre fase interna e externa, 198
- 4.8.3 Critério de julgamento, 200
- 4.8.4 Convocação dos interessados, 200
- 4.8.5 Sessão Pública, 201
- 4.8.6 Convocação do adjudicatário para assinar o contrato, 203
- 4.8.7 Observações finais acerca do pregão, 204
- 4.9 Considerações finais sobre o procedimento das licitações, 204
 - 4.9.1 Resumo do procedimento da concorrência, 204
 - 4.9.2 Recursos contra as decisões proferidas no curso da licitação, 205
 - 4.9.3 Processamento do recurso, 206
 - 4.9.4 Pedido de reconsideração, 206
 - 4.9.5 Representação ao Tribunal de Contas, 206

PARTE II – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 209

5 CONCEITOS BÁSICOS, 211

- 5.1 Noções gerais, 211
 - 5.1.1 Apresentação, 211
 - 5.1.2 Contratos celebrados pela Administração Pública – fundamento constitucional, 212
 - 5.1.3 Terceirização de atividades-fins – impossibilidade, 213
 - 5.1.4 Contrato administrativo e ato administrativo, 214
 - 5.1.5 Conceito de contrato administrativo, 214
 - 5.1.6 Convênios celebrados pelo Poder Público, 215
 - 5.1.7 Contratos de gestão e organizações sociais, 218
 - 5.1.8 Contrato de gestão celebrado entre entidades ou órgãos públicos, 220
 - 5.1.9 Distinção entre contratos administrativos e contratos celebrados pelos particulares, 221
 - 5.1.10 Regime jurídico aplicável aos contratos administrativos – normas do direito privado aplicáveis aos contratos administrativos, 221
 - 5.1.11 Requisitos necessários à aplicação de regras do direito privado a contratos administrativos, 222
- 5.2 Cláusulas exorbitantes, 223

- 5.2.1 Modificações unilaterais, 224
 - 5.2.1.1 Mutabilidade contratual, 224
 - 5.2.1.2 Distinção entre alteração contratual quantitativa e alteração contratual qualitativa, 224
 - 5.2.1.3 Alteração qualitativa, 226
 - 5.2.1.4 Alterações qualitativas e limites previstos no art. 65, § 1º, 226
 - 5.2.1.5 Possibilidade de serem ultrapassados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, 228
 - 5.2.1.6 Requisitos necessários a fim de que possam ser excedidos os limites legais para as alterações qualitativas, 229
- 5.2.2 Rescisão unilateral, 231
 - 5.2.2.1 Aspectos gerais, 231
 - 5.2.2.2 Hipóteses em que a Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato administrativo, 231
 - 5.2.2.3 Rescisão unilateral e indenização do contratado, 233
- 5.2.3 Fiscalização do contrato, 234
- 5.2.4 Aplicação de penalidades, 235
- 5.2.5 Exigência de garantias, 236
- 5.2.6 Exceção do contrato não cumprido, 238
- 5.2.7 Outras cláusulas exorbitantes, 239
 - 5.2.7.1 Anulação do contrato, 239
 - 5.2.7.2 Anulação do contrato e dever de a Administração de indenizar o contratado, 240
 - 5.2.7.3 Possibilidade de a Administração retomar o objeto do contrato, 240
- 5.3 Cláusulas contratuais obrigatórias, 240
 - 5.3.1 Parâmetro a ser seguido para a elaboração do contrato, 240
 - 5.3.2 Distinção entre “contrato” e “instrumento do contrato”, 241
 - 5.3.3 Cláusulas contratuais obrigatórias, 241
 - 5.3.4 Objeto do contrato, 242
 - 5.3.5 Regime de execução ou forma de fornecimento, 242
 - 5.3.6 Preço, condições de pagamento e de reajuste, 243
 - 5.3.6.1 Preço e condições de pagamento, 243
 - 5.3.6.2 Reajuste de preço, 244

- 5.3.7 Prazos contratuais, 244
 - 5.3.7.1 Aspectos gerais, 244
 - 5.3.7.2 Hipóteses em que será possível a celebração de contrato com prazo superior a um ano, 245
- 5.3.8 Garantias contratuais, 247
- 5.3.9 Sanções, 248
 - 5.3.9.1 Aspectos gerais, 248
 - 5.3.9.2 Distinção entre responsabilidade administrativa e responsabilidade civil do contratado, 249
- 5.3.10 Extinção do contrato, 249
 - 5.3.10.1 Causas de extinção do contrato, 249
 - 5.3.10.2 Conclusão do objeto, 250
 - 5.3.10.3 Expiração do prazo de vigência, 251
 - 5.3.10.4 Rescisão – lista exaustiva, 251
 - 5.3.10.5 Anulação, 254
- 5.3.11 Outras cláusulas obrigatórias, 256
- 5.4 Considerações finais, 256

6 FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 257

- 6.1 Aspectos gerais, 257
- 6.2 Instrumento do contrato, 258
 - 6.2.1 Formalização – regra, 258
 - 6.2.2 Formalização de contratos relativos a direitos reais sobre bens imóveis, 259
 - 6.2.3 Contrato verbal – hipóteses admitidas, 259
 - 6.2.4 Forma escrita e instrumento contratual, 260
 - 6.2.5 Publicação do extrato do contrato, 261
- 6.3 Contratos de direito privado celebrados pela Administração, 262
 - 6.3.1 Contrato de direito público e contrato de direito privado, 262
 - 6.3.2 Prazo de vigência dos contratos de direito privado celebrados pela Administração Pública, 265
- 6.4 Convocação do contratado para assinar o contrato, 266
 - 6.4.1 Regras gerais, 266
 - 6.4.2 Recusa do licitante em assinar o contrato, 266

- 6.4.3 Prazo de validade da proposta, 267
- 6.4.4 Prorrogação da validade das propostas, 267
- 6.4.5 Convocação dos demais licitantes, 268

6.5 Considerações finais, 269

7 ALTERAÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 270

7.1 Noções gerais, 270

- 7.1.1 Possibilidade de os contratos administrativos sofrerem alterações, 270
- 7.1.2 Cláusulas contratuais passíveis de serem alteradas unilateralmente pela Administração, 270
- 7.1.3 Cláusulas de serviço ou regulamentares e cláusulas econômico-financeiras, 271
- 7.1.4 Fundamentação legal para as alterações contratuais, 271

7.2 Alterações unilaterais, 272

- 7.2.1 Alterações qualitativas, 272
 - 7.2.1.1 Situações que irão caracterizar a necessidade de serem promovidas alterações qualitativas, 272
 - 7.2.1.2 Alteração qualitativa e fato superveniente – limites aplicáveis às alterações qualitativas, 272
- 7.2.2 Alterações quantitativas, 274
 - 7.2.2.1 Alterações quantitativas – limites, 274
 - 7.2.2.2 Limites admitidos para as alterações quantitativas e acordo entre as partes, 276

7.3 Alterações consensuais, 278

- 7.3.1 Substituição da garantia, 278
- 7.3.2 Modificação do regime de execução do contrato, 279
 - 7.3.2.1 Modalidades de regime de execução de contratos admitidas, 279
 - 7.3.2.2 Distinção entre mudança de regime de execução do contrato e alteração qualitativa do contrato, 280
- 7.3.3 Modificação das condições de pagamento, 280
- 7.3.4 Teoria da imprevisão, 281
 - 7.3.4.1 Em que consiste a teoria da imprevisão, 281
 - 7.3.4.2 Requisitos necessários à aplicação da teoria da imprevisão, 284

- 7.3.4.3 Distinção entre recomposição e reajuste de preços, 284
- 7.3.4.4 Recomposição de preços – redução do valor a ser pago ao contratado, 286
- 7.3.4.5 Distinção entre atualização, recomposição e reajuste de preços, 287
- 7.3.4.6 Contrato administrativo e cláusula de reajuste com base em moeda estrangeira, 288
- 7.3.5 Fato do príncipe e fato da administração, 289
 - 7.3.5.1 Fato do príncipe e fato da administração – distinção, 289
 - 7.3.5.2 Fato do príncipe ou fato da administração e a recomposição do valor do contrato, 289
- 7.3.6 Caso fortuito e força maior, 290
 - 7.3.6.1 Caso fortuito ou força maior e rescisão do contrato, 290
 - 7.3.6.2 Distinção entre caso fortuito ou força maior e fato do príncipe ou da administração, 290
 - 7.3.6.3 Distinção entre caso fortuito ou força maior e teoria da imprevisão, 290

7.4 Conclusões, 291

8 EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 293

8.1 Noções gerais, 293

- 8.1.1 Dever da administração de cumprir as cláusulas do contrato administrativo – cláusulas exorbitantes, 293
- 8.1.2 Descumprimento do contrato pelo contratado e rescisão contratual, 294
- 8.1.3 Distinção entre responsabilidade administrativa e civil, 295
- 8.1.4 Objetivo da responsabilidade civil – possibilidade da administração também poder ser chamada a responder civilmente, 295
- 8.1.5 Responsabilidade administrativa da Administração Pública, 296
- 8.1.6 Responsabilidades civil, penal e administrativa – aplicação concomitante, 297

8.2 Fiscalização do contrato. Representante da administração e do contratado, 298

- 8.2.1 Dever da administração de fiscalizar seus contratos, 298
- 8.2.2 Objetivo da administração ao designar representante para acompanhar a execução do contrato, 298

- 8.2.3 Acompanhamento de contratos de grande vulto ou muito complexos, 299
- 8.2.4 Designação de preposto pelo contratado – objetivo, 299
- 8.3 Recebimento do objeto do contrato, 300
 - 8.3.1 Recebimento do objeto do contrato, 300
 - 8.3.2 Distinção entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto do contrato, 301
 - 8.3.3 Prazo dentro do qual a administração deverá atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato, 302
 - 8.3.4 Recebimento definitivo e responsabilidade do contratado, 304
 - 8.3.5 Dispensa do recebimento provisório, 304
 - 8.3.6 Realização de testes para verificar a qualidade da prestação, 305
- 8.4 Obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, 306
 - 8.4.1 Dever do contratado de responder por todos os encargos trabalhistas, comerciais, previdenciários etc. decorrentes da execução do contrato, 306
 - 8.4.2 Encargos previdenciários, 307
- 8.5 Conclusão, 308

9 MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 310

- 9.1 Aspectos gerais, 310
- 9.2 Contratos de obra e de serviços, 313
 - 9.2.1 Principal distinção entre obra e serviço, 313
 - 9.2.2 Serviços comuns, artísticos e técnicos, 314
 - 9.2.3 Regras comuns aos serviços e obras, 315
 - 9.2.3.1 Procedimento a ser adotado para a contratação de obras e serviços, 315
 - 9.2.3.2 Objetivo do projeto básico e do projeto executivo, 316
 - 9.2.3.3 Dispensa dos projetos básico e executivo – hipóteses admitidas, 317
 - 9.2.3.4 Outras regras são comuns às obras e aos serviços, 318
 - 9.2.3.5 Necessidade de previsão da execução da obra ou do serviço em sua integralidade, 319
 - 9.2.3.6 Impedimentos à participação em obras ou em serviços, 320
 - 9.2.4 Regimes de execução das obras e serviços, 320

- 9.2.4.1 Distinção entre execução direta e indireta de obra ou serviço, 320
- 9.2.4.2 Empreitada e tarefa, 320
- 9.2.4.3 Característica da tarefa como regime de execução de contrato, 321
- 9.2.4.4 Modalidades de empreitada admitidas, 321
- 9.3 Contrato de compra, 323
 - 9.3.1 Compra e fornecimento, 323
 - 9.3.2 Distinções entre as compras do direito privado e as celebradas pela administração, 323
 - 9.3.3 Categorias de compras, 324
 - 9.3.4 Regimes de execução a serem adotados nos contratos de compra, 324
 - 9.3.5 Distinção entre compra (ou fornecimento) contínua e serviço de natureza contínua, 325
 - 9.3.6 Regras específicas para as compras celebradas pela administração, 325
 - 9.3.7 Publicidade a ser dada às compras da administração, 329
 - 9.3.8 Aquisição de bens e serviços de informática, 329
- 9.4 Contrato de alienação, 331
 - 9.4.1 Conceito legal de alienação, 331
 - 9.4.2 Alienação de móveis e de imóveis, 332
 - 9.4.3 Dação em pagamento, 332
 - 9.4.4 Distinção entre doação de bens móveis ou imóveis, 332
 - 9.4.5 Investidura, 333
 - 9.4.6 Permissões e concessões de uso, 333
 - 9.4.7 Locações, 334
 - 9.4.8 Modalidade de licitação a ser adotada para as alienações, 335
- 9.5 Conclusão, 335
- Bibliografia, 337*